

# Entre o Cinismo e o Fascismo: depois de junho de 2013, narrativas e constituição

Resenha de:

COCCO, Giuseppe. **Entre o Cinismo e o Fascismo: depois de junho de 2013, narrativas e constituição**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

Ana Beatriz Rangel

*Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ. Pesquisa políticas identitárias e modos de subjetivação contemporâneos. E-mail: [beatrizpess.ana@gmail.com](mailto:beatrizpess.ana@gmail.com)*



Navegar o mar revolto das narrativas do Brasil pós-junho de 2013 não é para amadores. Sobretudo, navegar sem se submeter aos dois lemes, que, obedecendo a uma bússola desgovernada, buscam impor um norte. No melhor estilo Paulinho da Viola, é preciso antes de estabelecer o “eu” que navega, apreender a dinâmica das ondas. Entre os lemes do cinismo e do fascismo, Giuseppe Cocco escolhe se lançar à tarefa de compreender o enigma do mar ou, talvez, mais precisamente, da ressaca (pós-junho), sem com isso procurar solucioná-lo por meio dos nortes pré-estabelecidos.

Resistir ao fascismo que assombra o presente brasileiro parece ser fundamentalmente um compromisso de não esquecer o passado — recuperar a história, encontrar as coincidências, tentar prever as repetições. Mas a estratégia de memória, ao contrário, me parece um tanto mais complexa que o não esquecimento somado às previsões do futuro repetindo o passado. Ela consiste em olhar o passado como ruína, nos termos benjaminianos, e realizar o “encontro dos tempos, colisão entre um presente ativo e seu passado reminiscente” (BENJAMIN *apud* COCCO, 2019, p. 47). Como argumenta Cocco, para “resistir ao horror precisamos apreender antes de tudo, como foi que ele pôde virar solução para uma grande porção do eleitorado” (2019, p.11) e, portanto, “fazer a colisão com presente ativo”.

Das estratégias de continuidade do fascismo, o autor ressalta o mecanismo discursivo que reconhece a hipocrisia do formalismo democrático — para qual o Brasil é um terreno fértil, pois o tal Estado democrático de direito sempre foi privilégio de uma parcela mínima da população e nunca vigorou de fato na sua universalidade prometida. Entretanto, em vez de aprofundar as brechas institucionais e fazer uma democracia *stricto sensu*, o fascismo decide abandoná-la como horizonte utópico, restituindo o desejo pela autoridade do pai soberano.

Essa linha discursiva e prática se repete, mas é atravessada, como mostra Cocco, por novas dinâmicas: as fakenews das guerras culturais (impulsionadas pelo fenômeno internacional da nova extrema direita) e, no Brasil, pelo antipetismo. No caso da primeira, temos um diagnóstico bem preciso no livro: o incômodo com o avanço cultural realizado

pelas lutas de liberação do desejo foi transformado numa espécie de “protesto dos normais” que veem tais avanços como a imposição da nova regra dos “anormais”. A reação a tais avanços, mais uma vez, pode ser vista como uma linha de continuidade histórica, mas não deixa de colocar questões urgentes da particularidade do nosso presente, nos provocando a pensar mais profundamente sobre as estratégias dos movimentos de identidade. A luta em termos de judicialização, criminalização e patrulha discursiva através de linchamentos e culturas do cancelamento generalizado só serve ao regozijo da autoridade moral daqueles se elegem estandartes correção e do bom comportamento político, e muito pouco à real transformação das ideias. E à moral se responde com mais moral, numa disputa vazia pelo “lado certo”. Quanto a isso vale lembrar a advertência de Foucault, que diferencia a liberação do desejo e as práticas de liberdade. Enquanto a primeira leva a novas relações de poder e, em última análise, mantém a relação com a instância da qual foi liberada, a segunda busca transitar nas relações de poder procurando evitar que elas se tornem relações de dominação.

A segunda dinâmica atual, identificada pelo livro, que a atravessa a linha de continuidade do fascismo, no caso brasileiro, é o antipetismo. Sobre esse ponto, Cocco oferece uma rica e corajosa análise material das forças que operaram pacificação de Junho de 2013 e do esgotamento do modelo petista de governo e suas narrativas que buscam hegemonizar o campo progressista. Como bem ressalta o autor, depois de Junho, se tornou “mais importante *ser* de esquerda, do que descobrir o que é uma prática de esquerda”, seguindo o imperativo da polarização identitária. Retomando a reflexão de Deleuze sobre maio de 1968, Cocco argumenta que junho de 2013 não foi consequência nem reação a uma crise, mas, sim, a crise atual é consequência da incapacidade da sociedade brasileira de assimilar e responder às demandas abertas naquele acontecimento único.

Mas se o fascismo aparece como um fantasma de atualidade terrível, tampouco sua alternativa se coloca menos ameaçadora. O cinismo que se opõe ao fascismo encontra-se, segundo o autor, no puro relativismo, na crença cega nos formalismos jurídicos de uma democracia que não chega a se atualizar da profundidade de sua potência. A crença

da democracia como pura formalidade é o que permite o distanciamento cínico da realidade e leva às crenças nos signos, nas bandeiras, no simples posicionamento que se julga “correto”. Contra o relativismo simples, Cocco mobiliza o perspectivismo, conforme a proposição de Eduardo Viveiros de Castro. Não a racionalidade do reconhecimento das várias culturas, mas a implicação prática do corpo na multi-natureza, que assume o múltiplo como ponto de vista comum.

Seguindo na tentativa de evitar as oposições rasas, o livro mobiliza uma das autoras que considero entre mais potentes para pensar os impasses atuais. A filósofa francesa Simone Weil, com sua crítica destemida aos direitos humanos e à fragilidade das democracias liberais de resistir ao nazi-fascismo desvela a falsidade de um problema que segue nos atormentando: a oposição entre sociedades coletivistas e individualistas. As primeiras erram ao atribuir à coletividade um caráter sagrado que leva à idolatria e ao autoritarismo; as segundas erram ao se preocupar apenas com o florescimento da pessoa e perdem o sentido do sagrado, definido pela filósofa como aquilo que há de impessoal em cada homem. Weil propõe uma fuga para fora do individual e do coletivo por meio de uma elevação acima do pessoal pra penetrar no impessoal. O que há de impessoal e, portanto, na visão de Weil, de sagrado no indivíduo, é aquela parte que nele — recorrendo à sabedoria popular nos Novos Baianos — “participa do mistério do planeta”. Essa perspectiva também assume a liberdade muito além dos limites do liberalismo, do indivíduo que tem posse sobre si mesmo e “livre-arbítrio”; “a liberdade é sempre um encontro”, afirmou Merleau-Ponty (MERLEAU-PONTY *apud* COCCO, 2019) e, portanto, como ressalta Cocco, “a riqueza está em outro lugar: nos laços e no sentido que faz a comunidade que a comunidade faz” (2019, p. 55).

A comunidade produz a riqueza, no entanto, ela parece estar sempre escassa. Apesar de todos os embates narrativos que às vezes parecem nos deixar perdidos numa máquina de produção ficcional de baixo calibre, a dura objetividade da questão econômica foi um dos fatores determinantes da crise política brasileira. Mas, de acordo com o autor, “a economia é política e a moeda é a base e o resultado dessa política”. Na verdade, objetividade e subjetividade, narrativa e economia, produção e circulação,

informação e mercadoria não se encontram em polos separados — sua complexa imbricação é o terreno próprio e atual do capitalismo contemporâneo. É nesse terreno que Cocco enfrenta o problema da economia, sustentando o argumento de que não há nada de substancial no valor, ele é pura relação. Seguindo essa proposição, faz o original movimento de pensar a moeda como a instância que consegue captar uma confiança geral, um sentimento comum, mas que acaba se separando do fluxo da troca e surge como instituição autônoma. A pergunta enigmática e provocadora feita ao final do livro é: “como se constitui realmente a confiança?”. Essa palavra que parece um significante vazio repetido no vocabulário do jornalismo econômico e uma aura inapreensível instrumentalizada para os ajustes econômicos massacrantes, pode, na verdade, na visão desenvolvida no livro, ser recuperada na sua dimensão democrática e multitudinária. A tarefa seria então produzir uma nova moeda, mais adequada às novas instituições do comum que não cessa de produzir a si mesmo, contra todas as probabilidades. O enigma segue sem norte, mas com potência de contágio permanente com as lutas que vêm, para aqueles que têm a coragem de permanecer em mar aberto.